



**PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO DIREITO À ISENÇÃO DOS IMPOSTOS MUNICIPAIS
(nos termos artigos 14.º e/ou 15.º do Regulamento n.º 405-A/2021)**

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome _____
NIF _____ BI/CC nº _____ emitido em/válido até ___ / ___ / ____
com sede/morada em _____,
freguesia de _____, código postal ____ - ____ - _____,
telefone _____, telemóvel _____, correio eletrónico _____.

PRETENSÃO

Na qualidade de ^(a) _____ do prédio urbano sito em _____
_____, com código postal ____ - ____ - _____, inscrito na
matriz predial ^(b) _____, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº _____, na freguesia de
_____ deste concelho.

Vem requerer a V. Ex^a o reconhecimento do direito à isenção de:

IMI por 5 anos, nos termos do artigo 14.º do Regulamento n.º 405-A/2021 e artigo 23.º-A do CFI

IMT, nos termos do artigo 15.º do Regulamento n.º 405-A/2021 e artigo 23.º-A do CFI

Tem processo de obras Não Sim _____

Declaro que enquanto sujeito passivo de IRC preencho os requisitos do n.º 4 do artigo 22.º do CFI, nomeadamente:

Disponho de contabilidade regularmente organizada, de acordo com a normalização contabilística e outras disposições legais em vigor para o respetivo setor de atividade (alínea a));

O lucro tributável não é determinado por métodos indiretos (alínea b));

Não é considerada empresa em dificuldade nos termos da comunicação da Comissão - Orientações relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas não financeiras em dificuldade, publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º C 249, de 31 de julho de 2014 (alínea e)).

Autoriza a recolha, processamento e utilização de dados pessoais para efeitos do reconhecimento do direito à isenção.

A Câmara Municipal de Viana do Castelo comunica os dados às autoridades, sempre que tenha, por lei, esse dever.

DATA E ASSINATURA

Pede deferimento

O Requerente,

Aos ___ / ___ / _____,

(a) Proprietário, arrendatário, usufrutuário, locatário, superficiário, mandatário ou outra;

(b) Rústica / urbana



ELEMENTOS A ACOMPANHAR O PEDIDO

Assinalar no quadrado em branco os elementos apresentados com o requerimento

Códigos CAE/caraterização sumária da atividade já exercida ou a exercer:

Indicação dos produtos (intermédios e finais) a fabricar e dos serviços a prestar/efetuar;

Investimento associado;

Descrição do carácter social da intenção

Número de postos de trabalho já criados, e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto ou novos postos de trabalho a criar;

Caracterização da procura do mercado em que se insere;

Processos tecnológicos inovadores disponíveis ou a implementar ou colaboração com entidades do sistema científico ou tecnológico;

Outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido;

Consentimento para acesso aos respetivos dados ou cópia de certidão comprovativa da situação tributária e contributiva regularizada;

Comprovativo do pagamento do imposto em causa, se aplicável;

Outos documentos demonstrativos dos pressupostos de atribuição do benefício fiscal, bem como os que sejam exigidos no referido regulamento

As falsas declarações ou informações prestadas no seu preenchimento. Integram crime de falsificação de documentos, nos termos do artigo 256º do Código Penal.